

Brasília, 03 de março de 2026

Seleção

Sumário

Migalhas

Segunda-feira, 02 de março de 2026 | Propriedade Intelectual

Soberania do autor na governança de dados em ferramentas de IA 3

O Globo Online

Terça-feira, 03 de março de 2026 | Marco regulatório | Anvisa

Fabricante critica oferta de Mounjaro manipulado na rede pública de cidade em São... 6

UOL Notícias

Segunda-feira, 02 de março de 2026 | Patentes

Caltech processa Zoom por violação de patente 8

Soberania do autor na governança de dados em ferramentas de IA



A consolidação da IA - Inteligência Artificial generativa, alavancada pela técnica de prospecção computacional massiva, o TDM - Text and Data Mining, estabeleceu um novo paradigma de produção que desafia as fronteiras da subjetividade jurídica. Nesse cenário, a reafirmação do nexos causal entre o criador humano e sua produção intelectual torna-se imperativa para evitar o esvaziamento dos direitos morais e patrimoniais. Longe de configurar um óbice ao progresso, o sistema de **propriedade intelectual** deve ser compreendido como o pilar de segurança jurídica que harmoniza a inovação tecnológica com a ética concorrencial, garantindo que a tecnologia atue como extensão da inventividade humana e não como mecanismo de expropriação de ativos intelectuais

1. A inviabilidade da subjetividade jurídica algorítmica

A aparente autonomia dos sistemas de IA - Inteligência Artificial configura, sob uma análise rigorosa, um fenômeno de processamento estatístico e prospecção massiva de dados, carecendo de qualquer manifestação de intencionalidade ou consciência criativa.

No cenário jurídico brasileiro, a proteção autoral é regida pelo princípio da centralidade humana, consolidado no art. 11 da lei 9.610/98 (LDA), que restringe a condição de autor à pessoa física criadora

de obra literária, artística ou científica. Esta reserva de autoria pressupõe que a originalidade é um atributo indissociável da subjetividade e da expressão pessoal do autor físico, elementos que a tecnologia, por sua natureza técnica e dependência de acervos preexistentes, não possui.

Essa perspectiva antropocêntrica é reafirmada pelo PL 2.338/23, que em seu art 1º estabelece a proteção dos direitos fundamentais e o benefício da pessoa humana como objetivos centrais da regulação da IA no Brasil. Ao afastar a possibilidade de atribuir personalidade jurídica ou autoria às máquinas, o legislador e a doutrina contemporânea categorizam a IA como um sofisticado instrumento de reprodução técnica.

Consequentemente, o nexos de causalidade jurídica permanece vinculado aos sujeitos de direito tradicionais: o desenvolvedor, que estabelece os parâmetros de acesso e formatação do sistema, e o usuário, que fornece as diretrizes (prompts) e exerce a curadoria final sobre os resultados. Refutar a tese da co-autoria entre humanos e máquinas é, portanto, uma medida de segurança jurídica que garante a integridade do sistema de responsabilidade civil e a função social da **propriedade intelectual**.

2. A prospecção de dados e o direito de oposição (Opt-out) à luz da diretiva europeia 2019/790

A utilização de acervos protegidos para a alimentação de modelos algorítmicos não constitui um ato neutro, mas uma modalidade de exploração econômica que atrai a incidência do regime protetivo do art. 29 da lei 9.610/1998 (LDA). Nesse contexto, a técnica de mineração de textos e dados (TDM), embora essencial para o desenvolvimento da IA generativa, não pode transmutar-se em um mecanismo de expropriação de ativos intelectuais à margem do consentimento.

Embora o PL 2.338/23 estabeleça, em seu art. 42, um "porto seguro" para a mineração de dados em prol da inovação e da pesquisa, a exegese sistemática do dispositivo, em conjunto com o parágrafo único e os deveres de transparência previstos no art.

19, impõe limites severos a essa atividade. A legalidade do tratamento de dados para treinamento algorítmico pressupõe a legitimidade da fonte e a observância do nexó humano, sob pena de esvaziamento do conteúdo moral e patrimonial da obra original.

É neste cenário de transição paradigmática que o direito de oposição (opt-out), pilar da diretiva (UE) 2019/790 (Art. 4º), consolida-se como o instrumento de resistência do Direito Autoral frente ao determinismo tecnológico. Mais do que uma simples funcionalidade técnica, o opt-out materializa a autodeterminação informativa do criador, conferindo-lhe a prerrogativa de revogar, a qualquer momento e sem necessidade de justificativa, a autorização para que sua obra integre processos de treinamento.

A implementação desse mecanismo é o que assegura a integridade do acervo cultural e a soberania do autor. Ao garantir que a exploração automatizada ocorra apenas mediante a anuência, ainda que tácita, do titular, o ordenamento jurídico reafirma que a inovação deve avançar de forma ética, preservando a dignidade da criação humana e a sustentabilidade da economia criativa no ambiente digital.

3. Matriz de responsabilidade civil bipartida: Precedentes e relação normativa

Para endereçar a "opacidade algorítmica" e a complexidade dos fluxos de dados, propõe-se uma estrutura de governança baseada em uma matriz de responsabilidade bipartida. Esta arquitetura jurídica segrega o dever de indenizar conforme o controle técnico exercido em cada estágio do ciclo de vida da inteligência artificial, evitando lacunas punitivas e assegurando a reparação integral.

Responsabilidade do desenvolvedor (Input): Recai sobre a licitude, integridade e transparência da base de dados utilizada no treinamento do modelo. O caso norte-americano da empresa Anthropic serve como paradigma global: a utilização de acervos obtidos de bibliotecas piratas para o treinamento do modelo "Claude" resultou em responsabilidade civil de escala bilionária. O precedente evidencia que a analogia ao "aprendizado humano por inspiração", base da doutrina do fair use (uso justo), perde validade jurídica se o insumo for ilícito ou compactado ilegalmente. No ordenamento brasileiro, tal dever de governança é ratificado pelo art. 27 do PL 2.338/23 e pela reforma do Cac (PL 4/25, Art. 2.027-AL, II), que impõem aos agentes de IA con-

dições de auditabilidade e o ônus pela procedência legítima dos dados.

Responsabilidade do usuário (Output): Recai sobre a manipulação, disseminação e exploração comercial do produto gerado pelo sistema. O incidente da faixa "A Sina de Ofélia", que utilizou vozes de artistas simuladas via IA para criar uma obra derivada sem autorização, exemplifica a violação direta aos direitos da personalidade e ao controle soberano do autor sobre sua criação. Sob a égide do art. 2º, III do PL 2.338/23 e do inovador art. 2.027-AN do PL 4/25, a simulação de timbres vocais ou identidades biográficas para fins comerciais sem consentimento prévio e informado é expressamente ilícita. Nessa hipótese, o usuário assume o papel de garantidor da integridade da obra, respondendo pela contrafação e pelo uso indevido de ativos de terceiros, uma vez que a ferramenta atua como mero instrumento sob sua direção.



Luanjir Luna da Silva Luanjir Luna da Silva

A bipartição técnica aqui apresentada resolve o dilema da "caixa-preta", permitindo que o sistema judiciário identifique com precisão o agente responsável por cada etapa do fluxo criativo tecnologicamente assistido, garantindo que a inovação não resulte na expropriação de ativos intelectuais.

4. Considerações finais

A segurança jurídica no ecossistema de inovação e a sustentabilidade do mercado cultural dependem, invariavelmente, da preservação da centralidade humana no sistema de direitos autorais. Restou demonstrado que a tecnologia, por mais sofisticada que se apresente, deve permanecer sob a égide do controle técnico e da explicabilidade, garantindo

que a automação não se converta em um mecanismo de expropriação de ativos intelectuais à revelia da dignidade econômica do criador.

A tese de uma "coautoria" ou subjetividade jurídica algorítmica deve ser afastada, uma vez que a originalidade tutelada pela lei 9.610/1998 é indissociável da subjetividade e da responsabilidade civil, elementos inexistentes em sistemas automatizados.

Reafirmar a soberania do autor humano, por meio de mecanismos transparentes de opt-out e de uma matriz de responsabilidade bipartida, é o único caminho capaz de assegurar o equilíbrio econômico e a integridade cultural na era digital.

Em última análise, a adaptação do Direito à era da inteligência artificial não deve ser pautada pela relativização da criatividade, mas pela construção de salvaguardas que assegurem que o progresso tecnológico avance como um facilitador da inventividade humana, e não como seu substituto legal.

Referências

ABNT. NBR ISO/IEC 23894: Tecnologia da informação - Inteligência artificial - Orientação sobre gestão de riscos. Rio de Janeiro: ABNT, 2023.

BRASIL. Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1998.

BRASIL. Projeto de Lei nº 2.338, de 2023. Dispõe sobre o uso da Inteligência Artificial. Senado Federal, 2023.

BRASIL. Projeto de Lei nº 4, de 2025. Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). Senado Federal, 2025.

BONDARI, Negar. AI, Copyright, and the Law: The Ongoing Battle Over Intellectual Property Rights. IP & Technology Law Society, 2025.

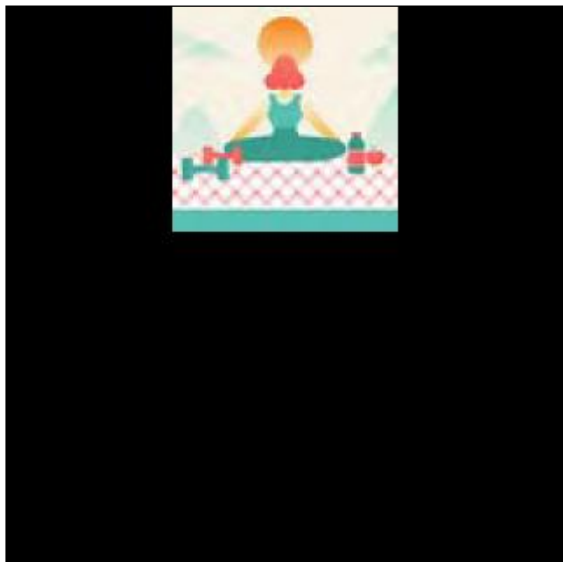
MACEDO, Carlos Frederico Oliveira de; TURANO, Allan. A Sina de Ofélia: Os bastidores jurídicos da versão de IA do sucesso de Taylor Swift. Migalhas, 2025.

UNIÃO EUROPEIA. Diretiva (UE) 2019/790 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de abril de 2019, relativa aos direitos de autor e direitos conexos no Mercado Único Digital. Jornal Oficial da União Europeia, 2019.

UNITED STATES COPYRIGHT OFFICE. Copyright and Artificial Intelligence Part 3: Generative AI Training Report. Washington, DC: Library of Congress, 2024.

Luanjir Luna da Silva Advogado e Escritor. Mestre em **Propriedade Intelectual** e Transferência de Tecnologia (UFSJ). Analista de Contratos na FUNDEP-UFMG. Membro de Comissões da 197ª Subseção da OAB/MG, Barreiro.

Fabricante critica oferta de Mounjaro manipulado na rede pública de cidade em São Paulo; entenda



Bem de Saúde Bem de Saúde

Urupês, no interior paulista, anunciou oferta gratuita de tirzepatida para moradores com obesidade

A farmacêutica americana Eli Lilly, fabricante do Mounjaro, criticou a decisão da cidade de Urupês, no estado de São Paulo, de ofertar na rede pública uma versão manipulada do medicamento para tratamento de pessoas com obesidade.

Em nota, o laboratório diz compreender "a urgência que os administradores públicos sentem ao enfrentar a obesidade" e reconhecer a "genuína intenção" por trás da medida em Urupês, município de 13,7 mil habitantes no interior paulista.

"No entanto, estamos profundamente preocupados com o fato de que o programa, conforme anunciado, está colocando cidadãos em risco. Imagens do anúncio do município revelam que o produto sendo distribuído é uma versão manipulada em escala industrial da tirzepatida - e não o Mounjaro da Lilly. Preocupa-nos que os pacientes possam não estar cientes dessa distinção e acreditem estar recebendo um medicamento aprovado pela [Anvisa](#) quando, na verdade, não estão", continua.

A única versão aprovada pela [Agência Nacional de Vigilância Sanitária \(Anvisa\)](#) da tirzepatida é o Mounjaro, indicado para tratamento de diabetes tipo 2 e obesidade. O remédio é protegido por

patente até 2036, logo, outras farmacêuticas não podem produzir produtos similares ou genéricos.

No entanto, no Brasil, medicamentos aprovados pela [Anvisa](#) podem ser manipulados em farmácias magistrais, ou de manipulação, para casos específicos, como dosagens ou apresentações necessárias para um determinado paciente que não sejam comercializadas pelas fabricantes.

Por serem apenas produtos personalizados para demandas específicas, as farmácias de manipulação não podem manter estoques dos remédios ou fazer propagandas, apenas preparar o medicamento mediante prescrição médica.

Porém, devido ao alto preço do Mounjaro e à proteção patentária, que reduz os concorrentes, farmácias de manipulação têm aproveitado a popularidade dos remédios e oferecido produtos que supostamente seriam a mesma formulação a valores menores. Mas essas formulações não são avaliadas pela [Anvisa](#) em relação à integridade, à eficácia e à segurança, como o remédio original.

"A Lilly convida o prefeito de Urupes a reavaliar, com a devida urgência, a distribuição desses produtos e manifestamos nossa abertura para um diálogo construtivo sobre as prioridades de saúde pública do município", diz a farmacêutica.

Além disso, pelo programa ofertar o medicamento produzido em larga escala diretamente aos pacientes, apenas substituindo a versão original, o laboratório argumenta que a medida "está fora do escopo legalmente permitido para manipulação de medicamentos no Brasil".

A Eli Lilly afirma ainda ter encontrado versões de tirzepatida manipulada no Brasil e em outros países contendo bactérias, altos níveis de endotoxinas, impurezas significativas ou uma estrutura química completamente diferente daquela do medicamento aprovado.

"Os pacientes que recebem esses produtos não têm como saber o que está sendo administrado a eles. Boas intenções não compensam esses riscos. A segurança do paciente deve sempre vir em primeiro

Continuação: Fabricante critica oferta de Mounjaro manipulado na rede pública de cidade em São Paulo; entenda

lugar", finaliza o laboratório.

A prefeitura de Urupês anunciou o programa na última semana, afirmando que o medicamento será fornecido de forma gratuita junto a um acompanhamento por uma equipe médica multidisciplinar

composta por endocrinologista, nutricionista, psicólogo, educador físico e assistente social. O protocolo foi oficializado em decreto publicado no último dia 13.

Em nota, a prefeitura diz que o departamento de Saúde do município começará a oferta para pacientes que estão na fila de espera para cirurgia bariátrica e em situação de vulnerabilidade social, incapazes de custear o medicamento pela rede privada. A previsão é que 200 pacientes sejam atendidos no tratamento de forma escalonada.

Para isso, eles também deverão cumprir todos os seguintes critérios:

idade igual ou superior a 40 (quarenta) anos;

diagnóstico de obesidade, caracterizado por a) IMC \geq 35 kg/m² associado a, no mínimo, uma comorbi-

dade clínica relevante; ou b) IMC \geq 30 kg/m² associado a, no mínimo, duas comorbidades clínicas relevantes;

tentativa prévia documentada de tratamento não farmacológico por período mínimo de seis meses.

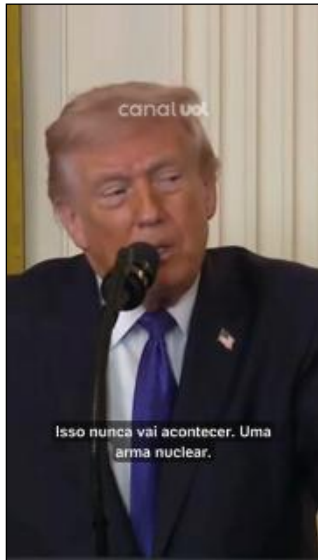
O critério de idade, porém, será desconsiderado para os casos em que o IMC for superior a 40 Kg/m². E, nos casos em que não houver indicação para uso do remédio, a prefeitura afirma que os pacientes continuarão em acompanhamento com orientações de alimentação, atividade física e suporte psicológico.

INSCREVA-SE NA NEWSLETTER

Bem de Saúde

Novidades para você ficar bem de corpo e alma. Às quintas.

Caltech processa Zoom por violação de patente



Por Blake Brittain 2 Mar (Reuters) - O Instituto de Tecnologia da Califórnia (Caltech) processou a Zoom nos Estados Unidos nesta segunda-feira, acusando a empresa de infringir uma das **patentes** da universidade â relacionadas à tecnologia de videoconfe



Por Blake Brittain



Causa da morte de Eric Dane, de 'Grey's Anatomy', é divulgada

2 Mar (Reuters) - O Instituto de Tecnologia da Califórnia (Caltech) processou a Zoom nos Estados Unidos nesta segunda-feira, acusando a empresa de infringir uma das **patentes** da universidade â relacionadas à tecnologia de videoconferência.



Risco de rompimento de barragem gera ordem de evacuação para cidade de MG

A â instituição de ensino afirmou que o software de comunicação por vídeo da Zoom viola â seus direitos sobre â a tecnologia de videoconferência que desenvolveu para auxiliar cientistas da Organização â Europeia para Pesquisa Nuclear (CERN), com

Continuação: Caltech processa Zoom por violação de patente

sede na Suíça.



Continua após a publicidade



Gregório Duvivier e João Vicente são processados pelo Coco Bambu

Os porta-vozes da Zoom não responderam imediatamente a um pedido de comentário sobre a queixa. Um porta-voz da Caltech se recusou a comentar.



Situação no Irã preocupa governo, e encontro Lula e Trump está indefinido

A Caltech disse que seus professores desenvolveram a tecnologia patenteada para dar suporte a conferências entre cientistas do CERN em mais de 140 países. A ação afirma que o sistema de videoconferência do CERN tinha 26.500 usuários registrados em 2006.



Flávio vira advogado de Bolsonaro e poderá ver o pai todos os dias

A Zoom foi fundada em 2011 e ganhou popularidade como plataforma de reuniões remotas durante a pandemia. A ação judicial alega que a plataforma da Zoom utiliza indevidamente inovações patenteadas pela Caltech para melhorar o desempenho e a confiabilidade do sistema de videoconferência.

Continuação: Caltech processa Zoom por violação de patente



Monica Iozzi é internada com quadro de afasia e cancela aparição na Globo



Por que gordura visceral é perigosa? 5 estratégias eficazes para reduzi-la

A Caltech solicitou uma indenização monetária de valor não especificado.



Morre a sambista Adriana Araújo, aos 49 anos

Índice remissivo de assuntos

Marco regulatório Anvisa	4,5
Patentes	6,7,8
Propriedade Intelectual	1,2,3